Implementação da Assistência Estudantil no IFSP

Juliana Fernanda da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus
Hortolândia

juassistentesocial@ifsp.edu.br

Resumo

A reflexão acerca da implementação da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo surgiu a partir da atuação enquanto assistente social nesta instituição de ensino. O Decreto n. 7.234, de 19 de Julho de 2010, regulamentou, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A assistência estudantil é uma forma de oportunizar a permanência, contribuindo nas questões de aprendizagem, frequência, comportamento e vinculação, com possibilidades de atuação em outras dimensões da vida do estudante, no entanto, tem um longo caminho a percorrer no que tange a sua operacionalização, desburocratização das ações, seu caráter seletivo e reconhecimento como direito.

Palavras chave: assistência estudantil, assistente social, educação tecnológica, política de permanência.

Assistência Estudantil: organização institucional

O decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) especifica em seu artigo 2º seus objetivos, que são democratizar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão, reduzir as taxas de retenção, evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Prevendo a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as ações desenvolvidas na assistência estudantil são nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O decreto em seu artigo 4º explica que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas em seu corpo discente. (BRASIL, 2010, p. 2).

O decreto dispõe em parágrafo único que as ações de assistência estudantil considerem a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhoria do desempenho acadêmico e agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Já no artigo 5º coloca: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010).

Os critérios, metodologia de seleção dos alunos, requisitos para a percepção de assistência estudantil, são definidos pela instituição federal de ensino, assim como mecanismos de acompanhamento e avaliação.

A Pró-Reitoria de Ensino (PRE) é responsável, através da Diretoria de Projetos Especiais (DPE), pela assistência estudantil em âmbito institucional. Outra Pró-Reitoria diretamente ligada ao desenvolvimento das ações de assistência estudantil é a Pró-Reitoria de Administração, que realiza ações administrativas com o recurso, como alocação e distribuição entre os câmpus.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi normatizado no IFSP através da Resolução n. 351, de 10 de junho de 2011, revogada em novembro de 2014 em decorrência da aprovação da Resolução n. 135, de 4 de novembro de 2014, que aprova a Política de Assistência Estudantil do IFSP e da Resolução n. 136, de 4 de novembro de 2014, que aprova a normatização dos auxílios da Política de Assistência Estudantil do instituto. Estes documentos são fruto de um trabalho contínuo de construção de uma política de assistência estudantil no IFSP pelos profissionais de Serviço Social.

De acordo com as resoluções da política de assistência estudantil, os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e tem por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes visando a permanência no curso. Explica ainda que o programa de auxílio permanência será destinado aos estudantes em vulnerabilidade social e que o programa de ações universais será destinado a toda comunidade discente do IFSP, independente da situação socioeconômica.

Assistência Estudantil: possibilidades e desafios

A visão dos assistentes sociais e estudantes sobre a assistência estudantil no IFSP muito tem a cooperar para ultrapassar as dificuldades e limites vivenciados, conjecturando sobre como prosseguir na implementação da assistência estudantil e na atuação profissional do assistente social no IFSP.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi entrevista semi-estruturada com seis assistentes sociais que atuam em diferentes câmpus do IFSP. Com os discentes, a metodologia empregada foi o grupo focal com estudantes atendidos pela assistência estudantil no câmpus e realização de entrevista com uma estudante que desistiu do curso antes da conclusão do mesmo e participava da assistência estudantil.

O impacto da assistência estudantil para a redução dos índices de evasão escolar é questão unânime entre os profissionais assistentes sociais, elucidando ainda que, a evasão escolar por ter causas multifatoriais, não tem na assistência estudantil a única fórmula para a sua solução.

Os estudantes explicaram que o principal motivo para ingresso no IFSP foi a qualificação profissional para futura inserção no mercado de trabalho. Salientaram que não conheciam a assistência estudantil ao decidir pelo ingresso na instituição. A formação para o trabalho é expressão do dualismo presente na história da educação brasileira.

Com base na divisão técnica e social do trabalho, a história da educação no Brasil apresenta-se com uma disputa permanente, explícita ou latente, pela separação entre a formação geral e a formação profissional. A primeira conduzindo à educação de nível superior e a segunda, ao trabalho, à formação profissional para as atividades manuais e técnicas (CIAVATTA, 2010, p. 60).

Com relação à evasão escolar, os discentes concordam que a assistência estudantil favorece a permanência no curso, apontando como principais motivos de desistência a dificuldade de acompanhar o curso, a dificuldade de transporte, conflitos familiares e pressão para inserção imediata no mercado de trabalho.

O trabalho é uma das causas da desistência dos estudantes atendidos pela assistência estudantil segundo assistentes sociais, neste sentido tem-se uma reflexão acerca das representações sobre a escola e trabalho.

O trabalho aparece muitas vezes como uma referência central entre as opiniões, atitudes, expectativas e preocupações dos jovens e com significados diversos no imaginário juvenil, seja como valor, necessidade, direito ou mesmo como busca de aquisição de espaço de autonomia familiar e poder de consumo. Por outro lado, a escolarização, além de um direito social básico, ainda representa uma estratégia dos setores populares para o seu desenvolvimento individual e coletivo (SIMÕES, 2010, p. 97).

A não identificação com o curso e as dificuldades pedagógicas também foram citados como fatores que contribuem para a crescente dos índices de evasão escolar, a permanência assim, não é consolidada e a exclusão ocorre através do fracasso escolar¹. Neste contexto, a assistência estudantil possibilita que o estudante dedique mais tempo ao estudo, participando de plantões de dúvidas, ou outras ações realizadas na instituição com finalidade pedagógica.

Sobre a operacionalização da assistência estudantil, cada câmpus do IFSP tem que elaborar um projeto anualmente, planejando as ações e a aplicação dos recursos financeiros.

¹ O conceito de fracasso escolar é utilizado por alguns teóricos da educação.

Com relação à organização da assistência estudantil e inserção dos estudantes, encontram-se procedimentos comuns, como abertura de edital, realização de um processo de divulgação, preenchimento de questionário socioeconômico, entrega de documentação, avaliação socioeconômica, entrevistas. Algumas particularidades também existem como o valor do auxílio (definido por cada câmpus) e a realização de entrevista com parte dos estudantes por ter uma demanda muito grande a realizar de avaliações em um curto período de tempo. A realização da entrevista é um espaço privilegiado de interlocução e conhecimento do estudante.

Para isso, o profissional precisa, de partida, se preparar para a interlocução com esses sujeitos, conhecer suas representações, seus sistemas e valores, suas noções e práticas, os quais são, de certa forma, instrumentadores e orientadores de suas percepções e da elaboração de suas respostas. (BAPTISTA, 2000, p. 34-35).

Quanto à entrevista social, os estudantes salientam a necessidade de se conhecer o discente pessoalmente e não só através do papel, apontam ainda a relevância das questões abordadas na entrevista. O caráter seletivo da assistência estudantil surge de forma indireta na pesquisa quando é posto o “medo da sala” (não da assistente social) onde a entrevista é realizada.

O reconhecimento da relevância e finalidades da entrevista social foi constatado como questão importante na pesquisa, além do medo exposto pelos estudantes deste momento, justificado pela inclusão ou não do discente na assistência estudantil pelo profissional.

A entrevista envolve um posicionamento do profissional em todos os sentidos, desde a postura atenta, sem paternalismo, a delicadeza, até o trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e veiculando informações sobre seus direitos. Além disso, capta e analisa o que é expressado verbalmente e observa atitudes, gestos, olhares, para desvelar o que não foi expresso. (GRACIANO, 2013, p. 62-63).

Com relação ao processo de divulgação do programa, os discentes a visualizam de maneira efetiva, colocando que o tempo disponibilizado para a realização de inscrição é satisfatório, no entanto, a documentação solicitada mesmo vista como necessária por eles é considerada o ponto negativo do processo de inscrição. A democratização das informações é dever do assistente social.

A transmissão de informação é conduta exigível no exercício da profissão do assistente social. Todas as informações relativas ao acesso aos programas disponíveis da instituição devem ser passadas para o usuário, de forma que ele possa participar deles. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 174).

A realização da avaliação socioeconômica é embasada por indicadores que contribuem para uma análise da realidade social, onde foi posto a dificuldade de excluir para incluir, o que gera questionamentos por parte dos estudantes não atendidos. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais constitui competência do assistente social, de acordo com a lei que dispõe sobre a profissão de assistente social (BRASIL, 1993).

É um trabalho baseado no contexto familiar e na realidade social, cuja finalidade é subsidiar decisões e ações, possibilitando a coleta de informações a respeito da realidade sociofamiliar de cada indivíduo e das questões sociais que afetam suas relações, especialmente os aspectos socioeconômico e cultural (GRACIANO, 2013, p.61).

Os estudantes compreendem o caráter seletivo da assistência estudantil, questionando a exclusão para a inclusão, no entanto consideram o processo de seleção justo, pois atende primeiramente quem mais precisa.

Com relação ao recurso, existe uma necessidade de constante reflexão acerca da distribuição do recurso entre os câmpus, a dificuldade de saber o valor disponível no momento do planejamento, as implicações da disponibilização tardia e atraso dos pagamentos aos estudantes. O respaldo e embasamento de como utilizar o recurso público é visto como uma necessidade, já que existem órgãos de controle como a Unidade de Auditoria Interna (Uadim) e/ ou Tribunal de Contas da União (TCU).

Quanto às barreiras no trabalho cotidiano na assistência estudantil tem-se a pouca orientação sobre os procedimentos, grande número de estudante a ser entrevistado, pouco tempo para a realização das avaliações socioeconômicas, execução individual do programa, cobrança de controle, dificuldade de sistematização e pouco tempo disponível para acompanhamento do estudante.

A burocratização das ações de assistência estudantil bem como a demanda de atendimento traz prejuízos à qualidade do acompanhamento social e sendo a relação entre o assistente social e a instituição de autonomia relativa, existe a proposta de utilização de tecnologias da informação, um sistema, como ferramenta para desburocratizar as rotinas institucionais, o que tem se construído como um grande desafio aos assistentes sociais.

Algumas propostas foram realizadas pelos discentes, como a agilização do processo de pagamento, o aumento do valor dos auxílios, além de algumas críticas ao atraso dos pagamentos. Os assistentes sociais, conforme nosso código de ética devem criar mecanismos para desburocratizar a relação com os usuários.

Diante disso, é dever do assistente social contribuir, sendo ele ou não responsável direto pela criação dos mecanismos burocráticos utilizado institucionalmente, para a desburocratização das relações com o usuário, na perspectiva de democratização dos serviços e dos mecanismos institucionais [...] (BARROCO; TERRA, 2012, p.177).

O não reconhecimento da assistência estudantil como direito, mas como favor/ajuda pelo estudante também é visto como outra dificuldade pelos profissionais.

De acordo com os assistentes sociais, os principais impactos que a assistência estudantil traz para o estudante são permanência na instituição escolar, aumento da escolaridade, inserção no mundo do trabalho, maior acesso à informação, busca por uma formação crítica.

Na visão dos estudantes, a assistência estudantil além de trazer um impacto na frequência e notas, incentiva a assiduidade na instituição não somente nas aulas, mas em outras atividades desenvolvidas pelo câmpus, impactando na vinculação com a instituição, colaborando com o aprendizado, convivência e comportamento, evitando a desistência e trancamento do curso.

Surge a necessidade de que a assistência estudantil esteja mais atrelada ao trabalho socioeducativo e de acordo com a missão institucional, um trabalho de formação crítica, ética e cidadã, fosse efetivado com espaços reservados nas grades dos cursos.

Nessa perspectiva, situamos a educação tecnológica como potencializadora da construção de uma formação emancipatória da classe trabalhadora. Entendemos que essa modalidade de ensino não pode ser somente direcionada para uma formação pontual, exclusivamente ligada ao mercado de trabalho, mas sim, que tome o trabalho como princípio educativo, direcionando o ser humano como agente de construção de sua história, bem como do coletivo. (GUIMARÃES; SILVA, 2010, p.247).

A implementação da assistência estudantil tem uma perspectiva clara pelos profissionais assistentes sociais no IFSP, que através da organização coletiva, buscam romper com as ações cotidianas indo além das demandas institucionais articulando caminhos para a construção da assistência estudantil. No entanto, pode-se afirmar que outras ações são necessárias para alcançar os objetivos propostos pelo PNAES, como por exemplo, acompanhamento da equipe interdisciplinar e maior aproximação com os discentes.

A assistência estudantil é visualizada como uma tentativa de garantir a igualdade de oportunidades, objetivando a permanência na instituição escolar com possibilidades de trabalho em outras dimensões da vida humana.

Referências

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2.ed. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 1993.

_____. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2010.

CIAVATTA, M. Universidades Tecnológicas horizontes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In: MOLL, J e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GRACIANO, M. I. G. **Estudo Socioeconômico: um instrumento técnico-operativo**. São Paulo: Veras, 2013.

GUIMARÃES, M. SILVA, M. C. M. As políticas de educação tecnológica para o Brasil do século XXI: reflexões e considerações do Sinasefe. In: MOLL, J e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IFSP. Resolução n. 351, de 10 de junho de 2011. **Regulamento do Programa de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP**. São Paulo, 2011.

_____. Resolução n. 135, de 4 de novembro de 2014. **Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP**. São Paulo, 2014.

_____. Resolução n. 136, de 4 de novembro de 2014. **Aprova a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP**. São Paulo, 2014.

SIMÕES, C. A. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In: MOLL, J e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.